

Os diferentes e decisivos papéis desempenhados pela mulher no cenário da escravidão contemporânea

Marinalva Cardoso Dantas, Auditora-Fiscal do Trabalho

Os papéis desempenhados pela mulher na rede escravista da atualidade são basicamente os que destacamos a seguir:

1. Vítimas (catadora, cozinheira, aplicadora de adubo químico, babá, prostituta, canaveira, filhas de trabalhadoras que acompanhas as mães no trabalho, companheiras de trabalhadores recrutados que não voltam ao lar);
2. Agentes de manutenção e de reescravização (cantineiras, aliciadoras, produtoras, prostitutas, cafetinas, donas de pensões peoneiras, “gatas”);
3. Promotoras da liberdade e conscientizadoras (jornalistas, militantes da abolição, denunciadoras e mantenedoras de infraestrutura para retaguarda dos libertos ou fugidos - membros da CPT, das Ong’s de Direitos Humanos, advogadas da RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares);
4. Autoridades que libertam e/ou punem o trabalho escravo (Coordenadoras do Grupo Móvel, Auditoras Fiscais do Ministério do Trabalho, Juízas Federais, Juízas do Trabalho, Desembargadoras e Ministras do Trabalho, Procuradoras da República, Procuradoras do Trabalho, Delegadas da Polícia Federal, Delegadas dos Direitos da Mulher, Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego, Promotoras Públicas, Policiais);
5. Outras autoridades que dão retaguarda para a libertação (prefeitas, secretárias municipais, deputadas estaduais, vereadoras).

Escravas por amor, na atualidade, as mulheres geralmente seguem seu companheiro, passando a trabalhar para ele e seu time, ganhando uma parca retribuição, na função de doméstica, mais precisamente como cuca (cozinheira).

Alguns estudiosos acreditam que a escravidão foi iniciada tendo como primeiras vítimas as mulheres, pois os homens inimigos, quando feitos prisioneiros, quase sempre eram sacrificados. As mulheres, mais frágeis e mais úteis na serventia, eram inclusive poupadas para serem servas sexuais, além de nutrizes dos filhos do seu senhor. Quando a caridade e a compaixão passaram a servir de pretexto para escravizar homens, estes passaram a ter suas vidas poupadas, tornando-se também servos.

Encontramos no livro *Conflito no Araguaia – Peões e posseiros contra a grande empresa* – de autoria da Neide Esterci – 1987, um assustador relato na década de 70, feito por um gerente conhecido como Rubião, da empresa CODEARA, no Mato Grosso. Esse senhor revelava que tinha costume de matar cerca de quarenta posseiros e apanhar as filhas moças, aquelas mulheres novas para servir de cozinheiras para os peões dele. *“E aquela criança, aquela molecada mais menor, que não servia nem para puxar água, então jogar dentro das grunhas da serra (sic)”*.

Ou seja: os “peões”, que são os escravos contemporâneos, tinham no Araguaia, na década de 70, escravas para servi-los, as quais eram arrancadas à força dos seus familiares, então posseiros da terra, implacavelmente assassinados para que os “peões” passassem a desmatar. Escravas dos escravos nas terras usurpadas dos seus pais. Servas dos assassinos da sua família, violentadas continuamente por eles...! Inimaginável uma situação mais degradante e desesperadora para aquelas pobres mulheres e para aquelas crianças sobreviventes “puxadoras de água”.

Os “peões”, da mesma forma que as prostitutas, eram considerados seres desprezíveis, mal vistos pela sociedade local, e a repulsa social por esses dois grupos serviu para jogar um nos braços do outro, suprimindo a ausência de um núcleo familiar e de afeto. Essa carência levou muitos peões a assumirem meretrizes como companheiras, levando-as para as frentes de serviço nas matas.

Atualmente, as mulheres são encontradas em pequeno número nas propriedades de onde retiramos os escravos. Suas funções são invariavelmente cozinhar, como o faziam as pobres filhas dos posseiros (acima mencionadas), cuidando da roupa e do barraco do seu companheiro. Os “gatos” geralmente só admitem a presença de mulheres quando elas aceitam cozinhar para um time ou grupo.

Quase sempre, são as companheiras dos cantineiros, do chefe do time (sub-gato) ou do próprio “gato”, quem exerce a função de “cuca”, tendo seus serviços cobrados dos trabalhadores. Cada um deles pagava em média, até 2004, R\$ 60,00 (sessenta Reais) por mês pelo fornecimento da alimentação que elas

preparavam. Em alguns casos, seu salário era calculado com base no número de homens para quem cozinhou ou então era contratada por um salário mínimo mensal.

A limpeza de utensílios, o preparo dos alimentos, a lavagem de roupas, o cuidado com os animais (galinhas, porcos e cães – geralmente dos “gatos”) e o abastecimento de água para consumo, lhes tomam todo o tempo, restando pouco tempo para o descanso, uma vez que preparam várias refeições, começando já na madrugada e findando tarde da noite. A tarefa de lavar roupas é cobrada por peça aos demais “peões”, pois só lavam as roupas dos seus companheiros.

Além de cuidar da limpeza dos barracos (tirar o lixo, lavar utensílios, preparar chás), a mulher fica sempre responsável pelo cuidado com os doentes e acidentados e das suas crianças, quando as leva consigo.

Numa fazenda em Paragominas/PA, encontramos uma cozinheira numa frente de desmatamento, cujo espaço de vida e de trabalho se resumia a pouco mais de 2m². Na ponta do barraco de palha, com chão de terra batida, estavam seu fogareiro, suas panelas e baldes de água, além do feijão, do óleo, sal, arroz e farinha. Ao término do dia, quando todos já dormiam, ela lavava os utensílios e estendia sua rede sobre o fogareiro já frio. Dormia menos horas que os “peões” do seu barraco, levantando também mais cedo para preparar-lhes o café. Mantinha ainda acesos os lampiões feitos com latas de óleo para afastar animais silvestres.

Por total falta de privacidade, as mulheres só se banham durante os horários nos quais os homens estão na mata, em locais distantes.

As mulheres têm um grau de estudo mais elevado que o dos homens, os quais são quase todos analfabetos, por isso, elas facilmente são responsabilizadas pelas anotações dos débitos nos famosos cadernos, tornando-se por vezes “cantineiras”, o que naquele meio social lhe confere um “*status*” diferenciado. Geralmente a mulher que sabe ler e acompanha seu homem tenta ensiná-lo, conforme já verificamos em vários cadernos, com exercícios de aritmética e de caligrafia vertical, feitos para os companheiros.

Se for mulher do “gato” ou “subgato”, ela aproveita para lucrar também e vende artigos de perfumaria ou promove “gambiras” (trocas de objetos, sempre a desfavor do escravo, como por exemplo, trocar um relógio do trabalhador por uma garrafa de cachaça). Na última fiscalização que fiz na móvel, uma cantineira vendia produtos da Natura.

Alguns “subgatos” quando levam mulheres que vivem da prostituição para serem suas companheiras durante a empreitada, nas frentes de serviço, usam essa companheira para vender serviços sexuais aos trabalhadores, anotados como débitos no caderno, para acerto futuro.

A rede de prostituição, além de fazer parte da malha escravista no Brasil, também tem meretrizes vitimadas, com a especificidade de que esse tipo de servidão ocorre mais largamente nos grandes centros onde há movimentação financeira ou nos pólos turísticos, alimentando-se do turismo sexual, tão buscado pelos estrangeiros. Muitas jovens são atraídas por agenciadores em todos os Estados do país com a promessa de grandes ganhos em euro ou dólar, nos pólos turísticos, durante a alta temporada, o que tem levado universitárias e modelos iniciantes a vislumbrarem uma chance de promoção social, dado o nível financeiro dos clientes nas casas mais sofisticadas e o acesso aos estrangeiros, que as exibem nos Shopping Center, saciando-lhes a sede consumista e de aparente inclusão social, havendo muitas delas que têm mais de um “namorado” em países diferentes, os quais alimentam seus sonhos de um casamento e vida nova em outro continente. Oportunamente, essas meninas seguirão ao encontro de um deles, dando início a uma aventura possivelmente sem retorno, caindo na poderosa rede do lenocínio.

No Brasil, a estratégia para aprisionar as jovens na sórdida rede, é também a servidão por dívida, além da indução ao consumo de drogas, o que as torna dependentes químicas. Uma situação típica encontra-se descrita no histórico do Auto de Infração que lavrei em Natal-RN, no ano 2002, cuja transcrição resumimos a seguir:

“A autuada mantinha cerca de 40 (quarenta) moças de várias regiões do país, alojadas em dois flats de sua propriedade, sob vigilância, para prestarem serviços sexuais aos clientes de seu estabelecimento, uma pousada, tendo sido as mesmas aliciadas por agenciador que foi buscá-las nos seus estados, mediante promessas enganosas de grandes ganhos, com passagens gratuitas. Ao chegarem a Natal verificaram que haviam caído numa rede da servidão por dívida, já tendo um débito de R\$ 400,00 da passagem aérea, somados a R\$ 150,00 da semana pela pensão no flat (estada e alimentação), tendo que pagar ainda à casa R\$ 50,00 por programa realizado e mais R\$ 50,00 por atraso, com tolerância de 10 minutos. A curta temporada de 15 dias, que havia sido acordada, transformou-se numa subordinação por tempo indeterminado, uma vez que a dívida imposta tornou-se crescente e impagável, levando algumas garotas a trabalhar somente pela alimentação e moradia, cerceadas no direito de ir e vir e de ter privacidade, pois somente poderiam sair do flat acompanhadas dos taxistas indicados pelo gerente do estabelecimento, para a casa de show, ou para qualquer outro lugar, proibidas de levar consigo qualquer bolsa, para evitar que se

evadissem. A arbitrariedade das multas impostas, aumentava a dívida ao bel prazer do gerente. Esse quadro configura uma condição degradante de trabalho, vedada pela Constituição Federal, sendo a forma contemporânea mais disseminada em todo o mundo, do que a Organização Internacional do Trabalho - OIT classifica como trabalho forçado, uma vez que impossibilita a vítima de romper o vínculo, dada a dependência econômica, isolamento familiar e pressão psicológica ou vigilância armada. Essa conduta infringe as convenções de nº 29 e 105 da OIT, ratificadas pelo Brasil, integrantes, portanto, do nosso Sistema Legal”.

A utilização da prostituição é um dos sustentáculos mais fortes da escravidão moderna. No final de 2003, em Novo Repartimento/PA, entrevistamos um trabalhador recém-liberto, operador de motosserra. Esse rapaz nos revelou que quando trabalhava em aberturas de frentes agrícolas, na mata virgem, após dois meses de trabalho exaustivo os homens ficavam inquietos e querendo largar o serviço. Esse tipo de levante geralmente era feito por todo o grupo, o “gato” entrava em desespero, pois tinha prazo para entregar o serviço contratado com o produtor, já tendo recebido adiantado.

Nessa situação, o “gato” perguntava o que queriam para não ir embora e terminar a derrubada. Segundo esse trabalhador, o “gato” oferecia bebida, drogas e mulher, o que era aceito de pronto. Então, o “gato” levava até eles um caminhão cheio de prostitutas, inclusive meninas, na proporção de trinta mulheres para cem homens e todos paravam uma semana para “chafurdar (sic)” com as mulheres e se embriagar.

Após essa concessão, os trabalhadores terminavam suas tarefas, trabalhando por mais um mês. Obviamente, o custo desses dez dias de orgia era rateado por todos e integravam a dívida anotada nos seus cadernos de débitos. Saíam daquela frente de serviço, mas, ficavam vinculados à nova “empreitada” negociada pelo “gato”, para a qual levava seus cativos devedores.

Ouvimos também o relato de um ex-garimpeiro resgatado da servidão pela nossa equipe, o qual nos deu seu testemunho sobre o assassinato de três prostitutas no garimpo, pelo fato de terem se recusado a continuar prestando serviços sexuais aos garimpeiros para saldar dívidas com o “cafetão”. Um mundo tão infernal como o garimpo requer compensações mais freqüentes e o sexo é o alívio mais imediato das tensões. O ouro, o diamante e outras preciosidades minerais atraem o grande negociador do sexo: o rufião.

Ainda em Novo Repartimento, encontramos em novembro de 2003 uma prostituta que fora levada por um chefe de time para trabalhar consigo, cozinhando, lavando e servindo-o sexualmente. Essa moça se dizia namorada de um dos trabalhadores, envergonhando-se da sua profissão diante desta coordenadora e de outras três mulheres da nossa equipe (auditora, escritã e delegada da PF). O chefe do time se referia a essa moça como “a mulher do mato”, querendo com isso dizer, que ao chegar à cidade, ela seria descartada, porque cada um buscava as “mulheres da cidade”, o que de fato ocorreu. O pretenso namorado, viciado em álcool e em outras drogas, passou a receber visitas de outra meretriz e traficante, desprezando a “mulher do mato”, que ficou desolada.

Alojados provisoriamente na paróquia da Igreja de São Francisco, para receberem as verbas trabalhistas, essa jovem “mulher do mato” e um senhor de idade foram voluntários para preparar a alimentação de todos, doada pela igreja, escola, vereador e membros do grupo móvel. O grupo de homens se limitava a ficar deitado nas redes, enquanto as mulheres promoviam a limpeza do banheiro e do recinto. Os libertos diziam que aquilo era para ser feito pelas mulheres, o que lhes mereceu uma reprimenda da parte de uma Auditora Fiscal do Trabalho, Francisca Barbosa, dizendo-lhes que as mulheres eram iguais a eles e tinham os mesmos direitos de serem servidas, principalmente porque duas delas estavam com suas crianças. A discriminação entre discriminados me pareceu um horror.

No segundo dia, a “mulher do mato” foi acometida de forte dor de dente e chorava de dor (suas cáries eram visíveis a cada sorriso). Providenciamos seu atendimento através de uma Secretária Municipal (a extração do dente – aparentemente o único alívio pensado para pobres pelo Serviço Público) e lhe forneci lisador, um analgésico receitado pela minha dentista e amiga, Rejane Alencar, em Natal. Disse-lhe que fosse se deitar e dormir e quando acordasse, estaria sem dor. Funcionou. Além de ter perdido o sentimento de inferioridade diante de nós, essa jovem emocionou-se na despedida, após receber sua verba ganha com seu trabalho de cozinheira, com esta profissão anotada na sua CTPS, como qualquer outro trabalhador, e nos abraçou fortemente ao partir, nos chamando de amigas.

Em Marabá/PA, ao visitarmos no fim-de-semana o alojamento clandestino utilizado por um fazendeiro para esconder quase noventa trabalhadores piauienses durante a estada do Grupo Móvel na região, presenciamos a chegada de várias prostitutas que vinham de moto táxi. Outras eram trazidas pelo motorista do caminhão da empresa para atender aos jovens rapazes e deixá-los calmos enquanto ficavam fora do serviço, até nossa partida.

Esse alojamento era um motel abandonado em ruínas, cedido pelo dono do famoso estabelecimento comercial de Marabá, sem privacidade nenhuma. O único quarto que tinha porta era ocupado pelo vigia da fazenda, localizado dentro do terreno do motel em desuso. Os trabalhadores usavam as garagens abertas e

os corredores para dormir. Uma grande cama redonda com espelho na parede e no teto servia de mesa para as refeições.

Os trabalhadores, encabulados com o flagrante (não imaginavam que voltaríamos no sábado) tentaram disfarçar dizendo que as visitantes eram apenas amigas, mas, essas prestadoras de serviço sempre têm pressa e por isso, não fizeram muito teatro e revelaram que estavam a serviço.

A presença do Grupo Móvel sempre atraiu os cafetões, pelo fato de que ao final, os trabalhadores recebem grandes somas de dinheiro como indenização trabalhista, além da devolução do que lhes foi cobrado em nome da dívida injusta.

Como a maioria dos trabalhadores que libertamos é dependente do álcool e não tem nenhum prazer na sofrida vida, tão logo chegam às cidades, procuram o bar, a sinuca e a prostituta. Se estiverem na iminência de receber suas verbas, já se tornam usuários de tais serviços para pagar com as verbas rescisórias a receber. Após o pagamento, ao retornarem ao bordel se embriagam novamente e aí perdem todo o dinheiro, roupas e documentos. Novamente vulneráveis e sem saída, ficam nas pensões *peoneiras* (que abrigam peões) aguardando um novo “gato” para comprar sua dívida hoteleira.

As prostitutas são usadas estrategicamente pelos “gatos” para reaver o que foi pago ao “peão”. Assim a verba paga por ação do grupo móvel é diminuída, voltando uma parte para as mãos do “gato”, pois alguns têm cafetões como sócios. As prostitutas são usadas inclusive para atrair denunciadores para emboscadas. Isso aconteceu quinze dias antes de chegarmos a Novo Repartimento, no ano de 2003, quando uma adolescente de 15 anos, profissional do sexo, foi ao encontro de um gato para se encontrarem num quarto e hotel e lá, assassinou a tiros esse homem, que havia recebido uma grande soma de dinheiro de um fazendeiro. Após o assassinato, a menina ficou trancada no banheiro e disse que só sairia quando o fazendeiro, dono do revólver chegasse para entregar-lhe a arma. Ao saber dessa história demorei para dormir pensando que há quinze dias um homem tinha sido assassinado na mesma cama em que eu estava.

Em 2001, na Fazenda Alvorada, encontramos uma mocinha com cabelos oxigenados, ao lado da empregada doméstica do fazendeiro que estava grávida, com um filhinho no colo e tinha apenas 15 anos de idade. Nessa época ainda não existia o Decreto 6.481/2008 que definia o trabalho doméstico como uma das Piores Formas do Trabalho Infantil, mas a mesma, dada a idade precoce, foi resgatada com os demais. A de cabelo oxigenado me chamou a atenção e perguntei qual a sua idade, tendo ela respondido que tinha 17 anos e disse que estava ali passeando, visitando a amiga (a doméstica) e também porque sua mãe era amiga do Sr. Antônio, o proprietário. Seria sua hóspede.

Como tivemos que pernoitar na fazenda, porque o fazendeiro não estava, e já havíamos detectado novo flagrante de escravidão praticada por ele, a Polícia Federal se dividiu e metade ficou conosco enquanto os demais foram ao encontro do proprietário para que resolvesse a situação caótica flagrada. Não tinha energia elétrica na sede, então acendemos uma fogueira para que trabalhássemos, fazendo as entrevistas com os trabalhadores. Fui atacada por um papagaio que voou e agarrou nos meus cabelos, o que me fez gritar muito. Lembrou-me uma cena de um filme de suspense onde corvos atacaram uma cidade. A equipe do Fantástico que nos acompanhava já tinha ido embora, porque já tinha que editar as cenas chocantes da Fazenda Estrela de Maceió, quando nossa tenebrosa noite se arrastava.

Assistimos a um revezamento nas cadeiras da mesa próxima à fogueira, de trabalhadores que vinham chegando do mato, alguns em situação chocante, como um homem com o ventre totalmente inchado, dizendo-se doente e sem forças, um com hanseníase, o qual tinha dormido no famoso alojamento sobre o chiqueiro de porcos que tinha tornado esse fazendeiro o único condenado penalmente no Brasil pela submissão dos seus trabalhadores a condições análogas às de escravos. Nesse alojamento, havia uma tábua solta no piso, que os escravos utilizavam para fazer suas necessidades fisiológicas e suas fezes alimentavam os porcos que ficavam embaixo. Soubemos que aquele local ainda era utilizado, pois o super alojamento que estava sendo construído vizinho à casa da sede, não estava pronto. Assim, quem chegava, antes de ir para as frentes de serviço no meio da mata, dormia sua primeira noite no mesmo local e da mesma forma que provocou sua condenação, após o flagrante feito por Cláudia Márcia.

Dois policiais usaram cavalos para adentrarem na mata, e localizarem, com a ajuda de um trabalhador, um grupo de peões que estava alojado em local inacessível até para motos. Lá encontraram uma mulher com duas crianças bem pequenas, a qual era a cozinheira, que preparava tiras de couro de porco secas com feijão para o “time” de desmatadores. Os policiais saíram à tarde e chegaram somente à noite, trazendo a mulher e as crianças. Os demais seguiram-nos a pé. O “gato” que os comandava era tão miserável e ignorante quanto eles. Uma vítima da escravidão, iludida com o título que lhe fora dado.

A maior surpresa para mim foi quando Hugo Tallon nos trouxe a mocinha de cabelos oxigenados e me disse:

- Marinalva! Ouça esta história.

A menina me pediu desculpas por ter mentido e me disse que não tinha 17 anos, me estendendo o seu registro de nascimento. Eu lia e não conseguia calcular sua idade, nervosa que fiquei. Tinha 14 anos e desde os 13, confessou, atendia ao proprietário em domicílio com serviços sexuais. Contou sua história de mãe também prostituta, com padrasto trabalhador rural. Atendia a vários outros fazendeiros da região, assim como estava atendendo vários peões ali na sede, enquanto entrevistávamos os que chegavam do mato a toda hora.

Chorou. Fiquei muda. Nessa época, como falamos, não havia ainda o Decreto das Piores Formas do Trabalho Infantil que cita a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das 93 formas a serem erradicadas imediatamente. Era um crime, mas ainda não era uma infração trabalhista. No dia seguinte, ao ser retirada da fazenda com os demais trabalhadores, ela pediu para ficar numa parada de ônibus no meio do caminho para Xinguara. Hugo me disse que ela lhe dissera pouco antes, que iria atender a outro freguês em sua fazenda e que viu o Sr. Antônio colocar na sua mão cinquenta reais. Essa menina, nas minhas lembranças, viveu três personagens durante nosso curto convívio: a moça amiga e hóspede do fazendeiro; a chorosa criança explorada sexualmente pela família e pedófilos pagantes e na despedida, demonstrando um “tô nem aí”, sorria e fazia caras e bocas nos dando adeus e ficando para trás com sua pobre vida.

Seu Antônio ficou desesperado quando lhe falei sobre o depoimento da menina. Disse-me:

- Doutora, pelo amor de Deus, se minha família souber disso, morro de vergonha!

Num povoado conhecido como Tatuapé, no Mato Grosso, encontramos a situação mais acintosa da exploração dos trabalhadores pela rede dos cafetões, os quais, como já dissemos, são sócios do “gato”.

Encontramos em Tatuapé/MT cerca de duzentos trabalhadores num alojamento em construção, colocados às pressas pelo “gato” para escondê-los do nosso grupo, uma vez que estávamos retirando mais de duzentos homens de outra fazenda, que foram lesados pelo mesmo felino.

Numa feliz coincidência, paramos o comboio para fecharmos a porta traseira de um dos veículos e nos deparamos com trabalhadores que nos avisaram da sua ocultação. Estávamos a poucos metros do local do esconderijo e fomos verificar. Ficamos chocados com a superpopulação e o cheiro insuportável de uma fossa aberta. Uma das fossas cedeu com o peso da casa superlotada, que ameaçava ruir. Notificamos a Fazenda e após a revista, acompanhados com o gerente para ressarcir e alimentar aqueles homens descartados, foi marcada a data para seu pagamento.

No dia seguinte, ao chegarmos para interditar o alojamento e retirá-los do local, encontramos todos eles muito sorridentes, ao contrário da irritação do dia anterior, o que nos deixou curiosos. Treinados que somos para obter informações, soubemos que um conhecido cafetão havia levado uma das suas “profissionais do sexo” até aquele local superlotado e a profissional escolheu aleatoriamente um jovem e com ele fez diante de todos, uma demonstração dos seus serviços sexuais, convidando-os a comparecer ao bordel no qual trabalhava após receberem as verbas. O “*menu*” do sexo estaria ao alcance de todos, a cargo de várias profissionais. Não sabemos se o ocorrido foi uma oferta do “gato” para demovê-los de largar o serviço, pois a limpa quando atrasa pode prejudicar a colheita do algodão.

Como coordenadora da equipe, tive que subir num murrinho de barro e falar para todos do desrespeito aos nossos esforços tentando enviá-los de volta para suas famílias (a maioria do Maranhão e Goiás) que os esperavam ansiosas e avisei que não permitiríamos que todo o nosso trabalho fosse destruído pela rapina dos cafetões. Esses trabalhadores foram então transferidos para hotéis em Rondonópolis e enviados após o ressarcimento das verbas trabalhistas, para as suas cidades. Não fosse essa providência, a verba a circular nos bordéis do pequeno lugarejo após o pagamento seria por volta de quinhentos mil reais.

Porém, a situação mais grave da utilização da mão de obra escrava feminina ocorre quando a mulher leva consigo os filhos, inclusive no próprio ventre. Sem outra opção, a mãe trabalhadora mantém seus filhos junto a si ao aceitar o convite para trabalhar no campo, submetendo seus rebentos às mesmas privações vividas pelos escravos. Na escravidão contemporânea, portanto, **não há ventre livre**. O destino do filho está vinculado ao destino da sua mãe. A nutriz amamenta seus filhos em meio ao trabalho, dando-lhes para beber água em condições piores que a do gado. A alimentação fornecida é pobre e não favorece o crescimento saudável. Nem mesmo nas fazendas da pecuária leiteira, os filhos de escravas têm direito ao leite e só bebem café preto.

Numa fazenda em Piçarra/PA, a Estrela de Alagoas, uma mãe forrou o chão do curral repleto de fezes bovinas e deitou-se sobre uma manta, deixando a única rede para seu filho, armada sobre si. Sem alternativa, aceitou dormir sobre esterco, mas ao seu filho, ela dava o melhor possível ao protegê-lo daquele degradante contato, cobrindo-o inclusive com mosquitoireto, simulando um dormitório típico de qualquer criança nordestina fruto de um ventre realmente livre. Esse foi um exemplo de amor materno que me serviu de lição. Rezei pelos meus queridos filhos, que apesar do conforto, estavam sem meus cuidados naquele momento. Esse fato aconteceu em 2001.

Lendo registros históricos, vimos que a escravidão no século XIX começava aos sete anos de idade. Ainda hoje, essa tradição perversa é seguida pelos pais pobres, mas alguns iniciam seus filhos no trabalho antes mesmo dos sete anos, diferentemente do que faziam as escravas antes da abolição, as quais preparavam os corpos dos seus filhos com alimento de boa qualidade para enfrentar a escravidão com a nutrição completa, que só acontece aos sete anos de idade. Esse preparo nutricional, era do interesse do dono dos escravos, que teria bons braços trabalhando para si. Hoje esse cuidado é desprezado, porque os pais pobres não conseguirão nutri-los.

Atualmente, a criança que mais precocemente é vítima do trabalho escravo é aquela que está no útero da mãe escravizada. Essa criança pode sofrer o calor do forno de carvão quando sua mãe está fazendo o barrelamento (tapando os furos do forno com barro), sofrer espancamento indireto quando sua mãe apanha do “gato”, como aconteceu numa fazenda na região das Quatro Bocas, no Pará, o que provocou o parto prematuro. Sofre ainda a ação dos agrotóxicos utilizados pela sua genitora ou aspergidos sobre a mesma durante o trabalho.

Mulher gata.

Não são muitas as mulheres que assumem a função de “gatas” (empreiteiras), mas, quando o fazem, são particularmente prepotentes e humilham os trabalhadores. Isso se deve ao fato de que a servidão se municia da imposição do temor. Dada a sua natural desvantagem física, as “gatas” têm sempre capangas ou vigilantes a seu serviço.

Só o fato de serem companheiras dos “gatos” já as faz adotar um comportamento atrevido e autoritário com os “peões”.

Em 2002 estivemos com um jovem e robusto trabalhador que fugira de uma fazenda no Mato Grosso por ter se tornado alvo da cobiça sexual de uma “empreiteira”, a qual, após ser rejeitada como fêmea (classificada pelo jovem e belo rapaz como uma mulher horrível) transformou paixão em ódio, levando-o a fugir para evitar ser assassinado. De acordo com esse jovem, a “gata” obrigava trabalhadores a lavarem seus pés, dentre outras coisas. Ela contava com o auxílio de pistoleiros, obviamente.

Certa vez, numa retirada de trabalhadores no Pará, a companheira de um “subgato” de idade avançada, conhecido como Vampiro porque só tinha os dois dentes caninos, ao vê-lo com as verbas rescisórias em mãos, tomou-as todas, dizendo que ele lhe devia todo aquele montante, pelo seu trabalho. Ela era uma meretriz que o Vampiro adotara como mulher durante a “empreitada”.

Quanto às esposas dos peões, essas geralmente são dóceis e submissas.

Infelizmente, no âmbito do Ministério do Trabalho, ao longo desses anos de luta, encontramos subdelegadas descomprometidas com os objetivos do órgão, seja fazendo vista grossa, seja facilitando a vida de alguns exploradores, ou lucrando com a miséria dos desvalidos, como ocorreu em uma subdelegacia do Pará, há alguns anos atrás, quando eu integrava a equipe de outro coordenador. Os trabalhadores perguntaram para nossa equipe:

- Hoje a carteira é de graça? (referiam-se à emissão da CTPS).
- Como assim? Sempre foi de graça. Ao que responderam:
- Só se for hoje, pois aqui se paga cinco reais pela Carteira.

Ao ser interpelada sobre esse fato, a subdelegada disse que não cobrava pela Carteira e os cinco reais se destinavam a pagar as fotos 3x4, pois não podia emitir CTPS sem fotos. Além de caríssimas, descobrimos que o fotógrafo era sempre o filho da mesma, cuja casa ficava aos fundos da Subdelegacia, com porta de comunicação para o prédio público.

Em 2001, após concluirmos as fiscalizações, fomos dar entrada dos autos de infração no protocolo de uma Subdelegacia, também no Pará, e não pudemos fazê-lo, porque só havia estagiários e uma delas confessou que a estagiária mais experiente não fora trabalhar naquele dia e ela desconhecia como protocolizar. Além de tudo, os registros estavam trancados num armário. Não bastasse esse despropósito, o Auditor-Fiscal do Trabalho Joel Dantas, que é formado em engenharia, ficou impressionado com uma obra que estava sendo feita na fachada do prédio, cujos operários estavam em grave e iminente risco de acidente, trabalhando em altura, sem nenhuma segurança ou proteção. Joel chamou o mestre de obras e disse: - pare agora o serviço, pois não vou tolerar assistir a um acidente promovido pelo próprio MTE. Tentamos localizar esta subdelegada, mas estava em local não sabido e incomunicável.

Outra subdelegada do Pará, em 2004, criou todos os embaraços possíveis à nossa atuação, pedindo satisfações à nossa Secretaria porque estávamos levando trabalhadores para “pernoite” na **sua** subdelegacia e deixávamos a repartição suja. Alegando segurança, a referida senhora exigiu que encerrássemos nossos trabalhos às 18 horas quando os seguranças se retirariam e seria acionada a segurança eletrônica. Essa postura foi adotada exatamente quando os vereadores de duas cidades do sul

do Pará fizeram um manifesto nos jornais contra a prisão em flagrante do fazendeiro escravizador, além do manifesto também em jornais de alguns deputados estaduais e vereadores de dois municípios. Em reunião com a equipe, nos propusemos a trabalhar do lado de fora da subdelegacia, à luz dos faróis das Mitsubishi, mas faríamos o pagamento de qualquer maneira. Essa subdelegada, inclusive, me disse que iria proibir os policiais federais de entrarem armados na subdelegacia. Expliquei que ela criaria um mal estar entre as duas instituições e que andar armado era uma prerrogativa dos policiais, os quais decidiam quando ficar ostensivos ou não, conforme fosse necessário. Um contrassenso para quem temia por segurança e total desconhecimento dos papéis de cada instituição. Uma civil pretendia desarmar a polícia federal, que estava a serviço do nosso Ministério. São “pérolas” como essas que inexplicavelmente se toleram no serviço público.

Para podermos utilizar o que deveria ser “a casa do trabalhador” e efetuarmos o pagamento de verbas muito altas (um trabalhador recebeu em espécie mais de 18 mil Reais), tivemos que ceder aos caprichos daquela senhora e ficarmos responsáveis pela chave da subdelegacia, além de nos forçar a levantarmos às 6h30 para entregarmos a chave ao novo vigilante que chegaria às sete horas da manhã. Como terminamos o pagamento além das cinco da manhã não acordamos, evidentemente, e descobrimos que a implicante senhora tinha outra chave e o vigilante pegara em sua casa.

Nessa subdelegacia, a água servida nos vasilhames de água mineral, na verdade era tirada da mangueira do jardim na frente do prédio, na qual os trabalhadores costumavam beber colocando a boca diretamente na mangueira. Tudo isso durante o período de enchente na cidade, cujas águas e reservatórios estavam condenados pela saúde pública por contaminação com esgotos. Marabá estava com calamidade pública decretada. Essa foi a minha despedida do grupo móvel e das malfadadas subdelegadas de Marabá.

Em defesa da imagem das subdelegadas, tivemos, por sorte, algumas que atuaram conosco a favor dos desvalidos. Uma delas foi a subdelegada de Rondonópolis/MT, que no ano de 2001 teve uma atuação eficaz junto à Justiça do Trabalho na resolução do nosso caso mais complicado, prestando assessoria aos trabalhadores até retornarmos, cedendo-nos as instalações da sua unidade, em frente à qual quase 200 trabalhadores almoçavam na calçada e superlotaram o prédio público por vários dias (os mesmos que trouxemos de Tatuapé, onde houvera a visita da demonstradora sexual). Ela inclusive, foi à Vara do Trabalho ajudar nossa equipe na anotação das CTPS, que fizemos como colaboração à Justiça do Trabalho durante audiência relativa a quase 200 escravos resgatados.

Há mulheres de fibra, que embora tenham como única autoridade o fato de ser mãe de vítima das malhas do trabalho escravo, movem céus e terra para que seja feita a Justiça, como é o caso de uma senhora, que apoiada pelo Padre Ricardo Rezende, denunciou formalmente os algozes do seu filho José Pereira Ferreira, de Rio Maria/PA, ganhando destaque até na revista especializada da *Anti Slavery*, tendo levado o Brasil a responder perante o Tribunal Internacional de Direitos Humanos da OEA, culminando com o pagamento de uma indenização ao seu filho alvejado durante uma fuga em busca da liberdade.

Mas, como não pode deixar de ser dito, foram as Delegadas Regionais do Trabalho da Região Nordeste, as mais truculentas inimigas do Grupo Móvel, dentro do MTE. Claro que os Delegados do sexo masculino foram extremamente arditos em boicotes e afrontas, mas as três do Nordeste (PI, SE e PE) se excederam. A então Delegada Regional do Trabalho de Sergipe chegou a discursar para produtores e publicar em revista desse grupo, que não permitiria a entrada do Grupo Móvel em Sergipe. Se ousassem entrar, ela mandaria a polícia prender seus integrantes. Apesar dessa Auditora Fiscal do Trabalho contar com forte apoio político e empresarial, foi exonerada depois dessa publicação, porque todo esse “fogo amigo” era feito antes de forma velada e não oficial.

A de Pernambuco, também Auditora Fiscal do trabalho, ao encontrar comigo no aeroporto de Recife, irritada com a operação que fizemos em Araripina, me disse:

- Esses grupos de combate ao trabalho escravo e de combate ao trabalho infantil são tudo uma putaria!

Mas nada se compara à truculência da Delegada Regional do Trabalho do Piauí, que foi colocada no referido cargo pelo seu tio, que fiscalizado anteriormente pelos AFT do Piauí e constatado trabalho degradante em sua propriedade, disse que se elegeria deputado para colocar uma pessoa sua no comando da DRT. E assim foi feito. Essa delegada passou a perseguir tanto Cláudia Márcia, que foi a Delegada da época em que se deu a inspeção mencionada, que foi necessário transferi-la para o Maranhão. Cláudia tinha sido nomeada como uma das coordenadoras do Grupo Móvel em maio de 1996. Essa delegada impetrou seguidas ações judiciais contra Cláudia Márcia, sem dar-lhe sossego.

A parte política que reforça e promove o trabalho escravo tem como ícone a agora senadora Kátia Abreu, líder ruralista, atualmente ministra, que desqualifica abertamente o grupo móvel e influencia seus pares na reformulação do conceito de trabalho escravo, retirando os tipos penais de condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva, o que provocará rapidamente a esperada abolição da forma contemporânea de escravizar trabalhadores. Será, contudo, uma abolição fictícia, porque continuarão todos como estão,

mas já não serão criminosas essas condutas. Os escravos continuarão lá, explorados nas suas miseráveis condições. Já não serão resgatados, não receberão Seguro Desemprego. Na verdade, a abolição que os ruralistas propõem, é a dos escravizadores, que ficarão livres das expropriações das suas terras, regadas de sangue e suor dos construtores das suas riquezas. Como aumento considerável da bancada ruralista, Kátia entra no segundo mandato da Presidente Dilma com muito prestígio, livrando o DEM da sua marca e repassando-a para o PMDB que sempre tudo pode.

Pergunto-me se esse novo diploma legal irá retroagir, já que a retroatividade benéfica (a que beneficia o réu) é permitida na Lei Penal. Se assim for, como ficará a situação de muitos que foram condenados ou estão em vias disso, por condutas que deixaram de ser criminosas?

Teremos então a Presidente Dilma na posição esdrúxula numa fala de fim de ano, dizendo que a escravidão no Brasil foi finalmente abolida. Céus! Muito diferente do que pensamos naquele dia em 2003 quando nós coordenadores, ao lado de Ruth Beatriz e Jacques Wagner fomos recebidos pelo Presidente Lula em pessoa, no gabinete da Presidência da República tendo nos dado aquele abraço, perguntando em seguida:

- O que nós iremos fazer para botar esse pessoal na cadeia?

O implacável combate à escravidão, realizado pelas mulheres.

Felizmente, o papel de maior destaque que é assumido pelas mulheres na escravidão, é no seu efetivo combate.

Iniciaremos toda a abordagem pela mais proeminente abolicionista: a **Princesa Isabel**. Foi das delicadas mãos de uma mulher, que saiu a esperada Lei Áurea.

O escritor contemporâneo desse fato histórico, Luís Anselmo Fonseca, expressou-se quase profeticamente, ao dizer:

“Provavelmente, e nós tanto o desejamos como o esperamos, a escravidão durará menos no Brasil do que a atual legislatura parlamentar que se terminará com o ano de 1889. É possível, portanto, que não tenhamos de eleger uma nova Câmara sobre a base do elemento servil”.

Um ano antes do fim daquela legislatura, ocorreu de fato a abolição. O Parlamento eleito para atuar a partir de 1890 legislaria para uma nação de **homens livres**.

Penso que não restava a Isabel outra opção, na sua época, selando todo o movimento abolicionista de forma realmente áurea, embora a libertação dos escravos fosse uma visível base para o fim da monarquia da qual ela era ilustre integrante. Secava assim, a fonte que irrigava a monarquia no Brasil.

A Lei editada por Isabel sabiamente abolia não apenas a escravidão dos negros, mas, pura e simplesmente, **a escravidão**, abrangendo assim qualquer das suas formas e natureza das suas vítimas. Parecia antever que os escravizadores iriam utilizar alternativas para continuar explorando a mercadoria humana.

Ainda na gestão de Dorothea Werneck (governo Sarney), a AFT do Piauí, Paula do Nascimento Mazulo denunciou ao Sindicato Nacional da Inspeção do Trabalho (na época era ainda uma Federação, a FASIBRA) condições de trabalho que ela e outros colegas haviam constatado durante fiscalização na área rural. A “ex” Secretária da Inspeção do trabalho Vera Jatobá relata que naquela época, a diretoria da FASIBRA, incluindo ela própria, ouviu chocada o testemunho de Paula, a qual descrevia como se escravizava trabalhadores, mas ninguém sabia exatamente como tratar aquele assunto tão grave.

Em 1991, a Diretora de Relações do Trabalho do INSS, Maria Amélia Sasaki, deflagrou a OPERAÇÃO AMAZÔNIA OCIDENTAL, com o fim de fiscalizar trabalho escravo, embora essa luta não tivesse sido assumida oficialmente pelo Governo. Mas, essa operação foi patrocinada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS, órgão híbrido criado após a fusão dos dois ministérios, pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Maria Amélia contou com mais de 20 fiscais do trabalho, os quais diagnosticaram o trabalho escravo contemporâneo.

Em 1994, duas outras mulheres, Vera Lúcia Jatobá (que já tinha ouvido, na qualidade de membro da FASIBRA, o relato da Inspetora do Trabalho Paula Mazulo, de como se operava o trabalho escravo) e Raquel Rigotto ousaram falar novamente de trabalho escravo, editando uma espécie de regulamentação à Lei Áurea para os auditores fiscais do trabalho: a Instrução Normativa Intersecretarial nº 01/94,

Em 1995, quando o presidente FHC assumiu o combate ao trabalho escravo, caiu sobre os ombros de outra mulher, a Secretária Nacional de Inspeção do Trabalho, Ruth Beatriz Vilela, a missão de organizar, treinar e por em funcionamento Grupos Móveis de Combate ao Trabalho Escravo, para dar efetividade aos esforços desenvolvidos pelos profissionais pioneiros nessa abordagem.

Ruth Beatriz contava com a socióloga Rachel Cunha, que passou a coordenar o importante núcleo nessa Secretaria, denominado COPES – Coordenação de Projetos Especiais. Estavam contidos nessa coordenação a fiscalização do trabalho infantil, a fiscalização do trabalho escravo e a fiscalização do Trabalho da Mulher, todos esses, temas relevantes, com os quais o Governo Federal estava comprometido internacionalmente a ter um olhar fiscalizador e resolutivo.

Rachel foi uma personalidade que nos deu suporte para conhecermos cientificamente todas essas questões.

Quando voltamos ao passado, a figura de Rachel se perde no tempo. Pelo fato de ter integrado várias etapas desse projeto, ela é a referência ímpar para todos nós, salvo pelos que não tiveram a oportunidade de trabalhar com a mesma, que são os novos coordenadores da móvel. Segundo Vera Jatobá, devemos muito a Rachel Cunha, pois antes mesmo de assumir o cargo de Fiscal do Trabalho, a mesma já era militante dessa causa em nome do MTE.

Devido a sua formação em Sociologia, Rachel nos propiciou um grande aprendizado, trazendo-nos profissionais como o professor José Martins, da USP e nos levando (eu, Valderez e Cláudia), a assistir sessões do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, dentre outros. Rachel já participava, então, das ações que embasaram o grupo móvel antes mesmo da gestão da colega Vera Jatobá, passando pela gestão do colega João Matos e finalmente, servindo de suporte pelo conhecimento acumulado para a gestão da colega Ruth Beatriz. Com a saída de Ruth, ela passou a coordenar a CONATRAE (que sucedeu o GERTRAF), na Secretaria de Direitos Humanos. Merece nossa total reverência. Para mim, ela sempre foi uma mulher de extrema elegância, com olhos de criança sonhadora, inspiradores de bons sonhos para os outros.

A colega Ruth Beatriz escolheu para comandar o primeiro time de coordenadores regionais, ninguém menos que a AFT Rachel Cunha, coordenadora da COPES – Coordenação de Projetos Especiais, que abrangia o trabalho escravo e infantil do MTE no âmbito nacional. Foi uma colega que nos deu suporte para conhecermos cientificamente a questão.

Em relação especificamente ao Grupo Móvel, ao selecionar os coordenadores regionais para resgatar os cidadãos espoliados e fazer valer os direitos trabalhistas aos escravos contemporâneos, Ruth privilegiou a questão do gênero feminino, sempre tido como o mais vulnerável no emprego e na ocupação e designou nada menos que cinco mulheres para exercer tão nobre missão e apenas um auditor fiscal do sexo masculino (Thomaz Jamisson).

O perfil de cada coordenador era singular e o conjunto das características de cada um dava o toque da diversidade necessária para fomentar a construção de um conhecimento coletivo mais abrangente, que propiciasse resoluções imediatas aos problemas detectados.

Os primeiros coordenadores regionais eram os seguintes: 1) Vera Lúcia Jatobá, da DRT/PE, “ex” Secretária da Inspeção do Trabalho, da qual Ruth havia sido Secretária Adjunta da Fiscalização; 2) Eu, que vinha da Chefia da Inspeção do Trabalho no RN, que já tinha um grupo de fiscalização rural nos moldes sugeridos pela Instrução Normativa N° 01, e também com experiência no combate ao trabalho infantil tendo coordenado o primeiro fórum especializado em combate ao trabalho infantil no Brasil; 3) Cláudia Márcia Brito, “ex” Delegada Regional do Trabalho da gestão Walter Barelli, com experiência em trabalho rural e negociação coletiva, da DRT/PI; 4) Ivanira, uma das articuladoras regionais do Contrato Coletivo de Trabalho na gestão de Walter Barelli e “ex” Delegada Regional do Trabalho da DRT/PR; 5) Valderez Maria do Monte Rodrigues, Auditora Fiscal com grande vivência da realidade rural do Norte e Centro Oeste do país, contemporânea de Chico Mendes em Xapuri/AC, além de grande conhecedora dos procedimentos administrativos, oriunda da DRT/MT e, 6) Thomaz Jamisson, engenheiro de segurança do trabalho da DRT/MG, que participou efetivamente do “laboratório” do Grupo Móvel desde 1995.

Mas, justiça seja feita aos nossos bravos colegas do sexo masculino, pois foram eles que formaram o **Grupo Nacional**, que antecedeu as coordenações regionais, preparando-lhes o terreno. A composição desse grupo nacional era eminentemente de homens. Foram os Auditores Fiscais do Trabalho Mário Pedro Lorenzoni, Pedro Alencar (que depois se tornou Delegado Regional do Trabalho no DF), Alcebíades, Celso Martins, Thomaz Jamisson, Leandro, Alano, Eduardo (um dos colaboradores da IN N° 1 já tão comentada) e Hiram. Esses desbravadores e pioneiros ajudaram a desenhar todo o mapa a ser por nós trilhado. Com as coordenações regionais, a coordenação nacional deixou de existir, já que a execução dos resgates ficou regionalizada.

O AFT Mário Pedro Lorenzoni assumiu a DAFM – Divisão de Apoio À Fiscalização Móvel, subordinado a Rachel Cunha e se tornou nosso contato direto com a SIT, que operacionalizava as ações fiscais nessa área. Mário Lorenzoni era o “desatador de nós”.

Voltando a falar “das mulheres móveis”, o grande diferencial que as coordenadoras trouxeram a essa luta foi exatamente o eufemismo para uma realidade tão brutal. A presença da mulher, por si só, já acalmava os ânimos, pois nos cabia toda a abordagem (após os cuidados iniciais da Polícia Federal quanto à segurança) ao “gato”, gerente, trabalhadores, fazendeiro, advogados e até políticos que viessem.

Juntamente com os cuidados com a aparência (cabelo arrumado, batom retocado, perfume, adereços femininos), tínhamos a fala polida e respeitosa, embora firme e com autoridade. Assim, fizemos com suavidade, que se sentisse o peso do forte braço do Estado. Tivemos o cuidado de não usarmos jóias e de nos trajar com simplicidade, para não agredirmos a pobreza. Seguíamos uma linha de conduta ensinada por Ruth Beatriz, assim como regras que nos deram unidade, respeito e segurança.

No início, ouvíamos comentários, principalmente dos policiais, do tipo: “Quero ver depois de três dias nas estradas de lama e de mato essas “dondoquinhas” chorando e pedindo para ir embora”. Começávamos a rir entre nós, quando víamos os fortes homens cansarem, fazendo alongamentos pendurados em galhos de árvores nas infindas estradas e nós, consideradas “dondoquinhas”, não só inteiras, mas cheias de humor e energia.

Na memória da primeira reunião de avaliação feita por Ruth Beatriz antes da nomeação dos coordenadores regionais da móvel em 1996, a secretária e as auditoras já convidadas para as referidas coordenações expressaram que nas suas avaliações, as mulheres em treinamento se mostraram mais resistentes física e psicologicamente que os homens.

Nas cidades, íamos escondidas ao salão de beleza para não sermos chamadas de fúteis ou de “peruas”. Se estávamos há dias numa ação em locais inóspitos, nos maquiávamos no retrovisor dos carros, colocávamos perfume e depois de um tempo, o repelente. Preparávamos a comida para a equipe e cantávamos nos longos percursos além de contarmos histórias engraçadas para descontrair o ambiente de tensão.

Após uma abordagem repentina da polícia em um caminhão ou alojamento cheios de trabalhadores, quando naturalmente aconteciam as revistas para busca de armas, nos aproximávamos do grupo abordado e dizíamos que tivessem calma, pois éramos do Ministério do Trabalho e estávamos ali para trabalhar para eles e que a revista era um cuidado necessário.

Podíamos ver nitidamente a respiração ofegante e a face tensa dos trabalhadores relaxarem e também perderem o medo naturalmente sentido pelos pobres diante da polícia, principalmente em ambientes nos quais a força pública é usada para perseguir e torturar trabalhadores.

Vera Jatobá atribui grande parte do sucesso inicial ao fato das coordenadoras que estiveram nos focos de maior violência para resgate dos escravos serem do sexo feminino. Segundo Vera Jatobá, se durante os grandes impasses e até atritos que tivemos com a polícia federal ou com gerentes e gatos, não fossem mulheres as coordenadoras, provavelmente não teríamos continuado essa parceria indispensável para os referidos resgates.

Muitas atitudes seriam consideradas afrontas aos colegas do sexo masculino e havia ainda um ranço com a polícia federal por causa da ditadura militar.

As mulheres conseguiram contornar situações incômodas, quase que diplomaticamente, como aconteceu quando Valderez precisou retomar as chaves das camionetas que estavam sob os cuidados de um delegado e seus agentes, que resolveram ir a uma festa em determinada noite, em São Félix do Araguaia/MT. Preocupada com a imagem do grupo móvel, posto que os carros oficiais estavam sob sua responsabilidade, Valderez nos pediu ajuda e fomos nós, quatro mulheres, que saímos à noite para trazer os veículos de volta. Os cinco homens da equipe se recusaram a ter esse tipo de confronto. Esse é apenas um exemplo dentre dezenas, que tivemos que enfrentar nos anos iniciais da móvel. Por outro lado, os trabalhadores ficavam mais tranquilos quando viam descer dos carros algumas mulheres, inclusive muitas com o sotaque nordestino, que soava tão familiar aos seus ouvidos, já que a maioria deles tinha sido aliciada no Nordeste.

Alguns jornalistas estrangeiros que nos acompanharam, ao final das ações sempre enfocavam a nossa forma firme como tratávamos os escravizadores e a forma suave como nos dirigíamos aos trabalhadores, sempre sequiosos de atenções, de informações, de confirmações de que eles eram realmente, gente.

A lágrima da emoção às vezes rolava, embora tivéssemos que nos afastar do grupo para dar uma choradinha, após um abraço forte na hora da partida como a da meretriz que já mencionamos, que nos chamava de amiga e pedia que Deus nos abençoasse.

De repente, assim como o *superman* que entra numa cabine e sai de uniforme, uma coordenadora precisava mudar rapidamente de indumentária para ser recebida por uma autoridade (Promotor, Procurador, Juiz, Delegado) ou receber uns retoques para dar entrevista ao vivo na TV, passando a indispensável notícia de que estávamos libertando escravos, sem nenhum subterfúgio.

No instante seguinte, estávamos proferindo uma palestra numa universidade ou num seminário local, ao mesmo tempo em que nossos filhos reclamavam ao telefone da nossa falta no seu aniversário, na festa da formatura, por termos prorrogado a operação. Jamais conseguiremos descrever com fidelidade a rotina dessas coordenadoras durante uma operação de resgate e todas as emoções, temores e tensões sofridas, inclusive provocadas pelos então Delegados Regionais do Trabalho do segundo mandato de FHC.

O Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que instituiu 2004 como **O Ano da Mulher**, por solicitação da Senadora do PT/MT, Serys Slherassarenko, uma das fortes defensoras dos grupos móveis de combate ao trabalho escravo. Foram planejadas ações e homenagens em todo o país, na busca da igualdade e justiça na inserção da mulher. Serys, então deputada estadual, foi a formuladora de uma Nota de Apoio ao Grupo Móvel, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso, no momento em que sofríamos forte pressão política e econômica naquele estado.

Surpreendentemente, a AFT Ruth Beatriz, ao voltar à Secretaria de Inspeção do Trabalho, depois de quatro anos de afastamento do cerne do combate ao trabalho escravo, privilegiou o gênero masculino em 2004, no ano da mulher, contrariando o propósito de maior inserção feminina e inverteu a situação no grupo móvel: apenas uma mulher passou a ocupar a coordenação, em contrapartida a seis coordenadores do sexo masculino. Em 2004, Valderez e Claudia já tinham se aposentado e eu saí da coordenação também nesse ano.

Outras bravas libertadoras são sem dúvida as militantes de direitos humanos, principalmente as que trabalham junto à CPT – Comissão Pastoral da Terra. São mulheres movidas por fins humanitários que saem dos seus Estados, dos seus países e se dedicam a acolher fugitivos ou denunciadores das atrocidades praticadas na própria região onde optaram trabalhar pela cidadania dos humildes. Das mãos dessas heroicas mulheres, ainda hoje saem denúncias por elas assinadas, encaminhadas às autoridades (MTE, MPT e PF na maioria das vezes).

Muitas Delegadas Regionais do Trabalho do governo Lula (ainda eram chamadas assim, até transformarem as regionais do MTE em Superintendências) já haviam mergulhado fundo nessa luta, dentre as quais destacamos Paula Mazulo, da DRT/PI e Francisca de Oliveira Barbosa da DRT/PB. Ambas foram integrantes por várias vezes dos grupos de resgate, além de serem incansáveis mobilizadoras da sociedade nos seus respectivos estados.

Uma figura feminina modelo para a luta contra o trabalho escravo é sem dúvida, a Procuradora da República Neide Cardoso, a qual tinha lotação em Marabá, cidade conhecida pela violência, a ponto de termos apelidado a mesma de Marabala, numa alusão aos costumeiros assassinatos. Numa das entradas da cidade, inclusive, foi afixada uma placa com a saudação de uma funerária aos visitantes, que um jornalista denominou de “saudação papa-defunto”.

A Dra. Neide teve a coragem de denunciar um fazendeiro flagrado com trabalhadores dormindo junto aos porcos, espancados, e enfim, reduzidos à condição não só de escravos, mas de animais irracionais. Motivada pela sua firme denúncia, a Justiça Federal condenou dito fazendeiro, apesar de que a referida pena foi considerada leve, mas todos os que criticam essa penalidade imposta pelo Juiz Federal, não tiveram coragem, por longos anos, de condenar ninguém, mesmo a uma pena leve.

A Dra. Neide usou com inteligência e boa vontade, os recursos já existentes para elaborar sua denúncia. Não ficou - como muitos ficaram - esperando uma “Lei melhor”, enquanto centenas de trabalhadores continuavam sendo seviciados, torturados e mortos nas propriedades rurais. Da mesma época da Dra. Neide, a Procuradora Ella Viecko manifestava seu entendimento de que a legislação brasileira já oferecia meios para se punir os praticantes de trabalho escravo.

A essas corajosas autoridades se seguiram Maria Eliane e Raquel Dodge, respectivamente, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Substituta, as quais estavam imbuídas em punir com o que já se tinha formalizado. Não posso descrever meu encantamento ao participar da reunião em 2003, na qual a Dra. Raquel Dodge trouxe à SIT/MTE, sua Força Tarefa de Procuradores da República para o combate ao trabalho escravo. Na fala daquela autoridade, ficava claro que ali só estavam profissionais que não tinham nenhuma dúvida sobre a competência federal para julgar tal crime e estavam desejosos de fazer uso das suas prerrogativas para combatê-lo. Entre eles, estava Mário Lúcio Avelar, que depois entrou na lista negra de mortes do Pará, participando de ações de impacto, com Valderez Monte Rodrigues.

No fim de 2003, numa operação muito perigosa que eu coordenava, após provocação conjunta nossa e do Procurador do Trabalho à Procuradoria da República, nos surpreendemos com a chegada em Novo

Repartimento da Dra. Heloísa, Procuradora da República lotada em Marabá, que viajou horas nas perigosas estradas entre as duas perigosas cidades, para nos levar em mãos (acompanhada da Polícia Federal, é claro) o mandado de prisão do fazendeiro evadido. Momentos como esse, nos davam ânimo para prosseguir na luta. Concomitantemente, outra mulher, Juíza do Trabalho em Tucuruí/PA, expedia Mandado de Busca e Apreensão de um trator de esteira do mesmo fazendeiro, para viabilizar o pagamento dos trabalhadores libertos, tendo ainda exarado a sentença de condenação por Danos Morais Coletivos. A rede parecia funcionar bem tendo como urdidoras, muitas mulheres.

Da academia da Polícia Federal tem saído bravas Delegadas de Polícia Federal que autuam e prendem em flagrante “gatos”, gerentes e até fazendeiros, dando início formalmente aos inquéritos criminais, o que me levavam às vezes, a longos pernoites na Delegacia de Polícia, até a formalização do flagrante, processo do qual eu figurava como testemunha. Como grande destaque nessa linha, temos a jovem e decidida delegada Larissa, uma profissional inesquecível, do Piauí.

Outro destaque que tivemos nessa área de enfrentamento foi a coordenadora do Projeto da OIT de Erradicação do Trabalho Escravo para o Brasil, Patrícia Audi, a qual provocou uma grande e estratégica visibilidade do trabalho escravo no Brasil. Em termos de conscientização, Patrícia estava sempre disponível para levar a fala da OIT a qualquer rincão do país, em defesa do trabalho decente.

Da Justiça Federal, temos poucas juízas que seguiram a trilha de todas as demais nos segmentos mencionados. Os mais ousados na Justiça Federal tem sido realmente os homens, até agora, mas confesso que desejo ser desmentida quanto a isso.

Ainda ligada à Inspeção do Trabalho, não podemos deixar de ressaltar a atuação da Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT, a AFT Rosa Maria Jorge, que teve e tem uma atuação impecável quando trata desse tema. Rosa deu visibilidade ímpar ao tema, registrando em nome do SINAIT uma oficina no Fórum Social Mundial de 2003 que tratava do trabalho escravo no Brasil. Foram 03 mesas, todas com representantes do grupo móvel, para esclarecerem sobre 03 itens: quem é o escravo? Quem escraviza? Quem liberta? Falamos com os demais parceiros da luta contra o trabalho escravo para duas mil pessoas, com vozes multiplicadas para todo o mundo, através de cinco mil jornalistas presentes em Porto Alegre para fazerem a cobertura do evento global.

Rosa já tinha ousado inserir no Encontro anual dos AFT, em 2002, uma mesa com 04 coordenadores do grupo móvel (eu, Valdevez, Cláudia e Ricciotti Piana). Justo em Maceió, o local mais delicado para o grupo móvel, em face da rejeição sofrida durante a super operação coordenada por Ruth Beatriz em 1995, da qual participei.

Ligada a grupos de estudos jurídicos em Goiás, Rosa traz consigo a fala acadêmica, aprofundando o assunto e nos fazendo discutir com Juízes, Procuradores e OAB em seminários que contaram com autoridades como Francisco Fausto, presidente do TST.

Rosângela Rassy, a presidente que sucedeu a Rosa por dois mandatos, continuou ressaltando o tema no SINAIT, dando-lhe a ênfase devida.

Na volta de Rosa à presidência, em 2013, ela honrou o compromisso assumido por Rosângela com o Programa de Ações Integradas, como uma nova proposta de avanço social para os resgatados, quebrando o elo que devolvia para a cadeia do trabalho escravo, esses egressos. Respeitada no meio jurídico, Rosa já conseguiu adesões a esse programa capitaneado pelo SINAIT e SRTE/MT, do TST, do STF, da PGT, OIT e CPT. Criou uma comissão nacional de Auditores Fiscais do Trabalho para ajudar na implantação do programa em outros estados, como o PA, MA e TO, históricos focos de trabalho escravo no Brasil.

Encerrando o capítulo dedicado às mulheres, temos por fim que destacar as escritoras como Alisson Sutton e Brinka Le Breton que escreveram sobre o tema com todo o realismo necessário. O livro de Alisson Sutton, que representava no Brasil a Antislavery International, é um marco, uma vez que nos trouxe muitos conhecimentos sobre essa chaga, num momento em que dispúnhamos de parca literatura a esse respeito. O conteúdo do livro de Alisson é indispensável para quem se pretende estudioso do assunto. Foram milhares de quilômetros trilhados por essa brava mulher para contar a história da escravidão contemporânea com todo o realismo do testemunho presente.

Igualmente, a leitura do tema nos livros de Neide Sterci, que é profunda conhecedora das raízes desse problema, é indispensável.

O meu maior agradecimento e minha maior admiração, porém, vão para as bravas companheiras de todas as horas, de medo, de tristeza, de espanto, de horror, de coragem, de desconforto, de cansaço, de alegria, de saudade, de consciência e de sentimento de dever cumprido, que são as minhas colegas com as quais tive a honra de trabalhar, tendo conhecido algumas no momento em que nos encontramos no aeroporto antes de partirmos em missão, e ainda assim, confiamos mutuamente nossas vidas desde esse instante. São elas:

Valderez Maria do Monte Rodrigues, Cláudia Márcia Brito, Eliane Santos Siqueira Dantas, Ruth Beatriz, Francisca Barbosa, Luciana Vivacqua, Shakti Prates Borella, Kátia Barbosa, Hilderone Correia, Elierci Buzzin, Márcia Albernaz, Christiane Oliveira, Pollyanna Costa, Adalgisa Carvalho de Lucena, Maria Ervanis Brito, Maria Dolores Jardim, Sônia Nassar, Sônia Costa, Maria Inês Almeida, Andréa, Vera Jatobá, Solange, Alcedina, Virna Soraya, Ivanira, Simone Brasil e Cília Rezende, a única motorista do sexo feminino que nos acompanhava nas operações.

Atrevo-me a dizer, que as mulheres mais bravas de todas nós foram as nossas queridas filhas (não falo nos filhos, porque este capítulo é das mulheres), sacrificadas que foram com a ausência dessas mães “pouco comuns”, que as levaram a uma inserção precoce num mundo de coragem, tendo que “se virar” sozinhas em momentos cruciais, uma vez que poucos casamentos resistiram a tão grandes e constantes ausências, seguidas do indomável cansaço físico e psíquico no retorno, que limitavam nossa atenção. Nossas filhas ainda tiveram que ouvir das mães das amiguinhas, que estavam “abandonadas”. Todas as filhas dessa turma de mulheres móveis são lutadoras e preparadas para o mundo. Serão mães muito melhores que nós, mas já nos enchem de orgulho.

Só no final de 2003, ao gravar para um documentário da OIT, ouvi o triste relato da minha filha, dizendo ao cineasta que havia passado uma década com medo de que eu não voltasse, pois se fosse assim, sua solidão seria insuportável. Foi o preço mais caro que paguei por assumir esta luta ainda inacabada. Espero que ela e meu filho, assim como os meus netos, entendam um dia, que lutei por um país mais digno de se viver e que infelizmente, não existe luta sem sacrifício. Só não contava que os sacrificados fossem justamente os inspiradores dessa minha busca pela decência no trabalho.

Tinha a expectativa de que o trabalho escravo acabasse no mandato da Presidente Dilma, porque estaria fechado todo esse círculo da escravidão pós Lei Áurea, pelas mãos de uma mulher, como chefe da Nação, assim como acabou a escravidão negra pelas mãos da Princesa Isabel.

Infelizmente, já se foi seu primeiro mandato, e assim como FHC e Lula, vai ter sua segunda chance de concretizar essa expectativa na qual já fui frustrada por cinco governos.